

Políticas Afirmativas na Uneb, Empoderamento Feminino e Desenvolvimento Comunitário: uma análise das possibilidades dessa articulação.*¹

RESUMO

Este artigo vem a se constituir como uma prévia de uma pesquisa (em andamento) para a obtenção do título mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc/UNEB, nessa pesquisa buscamos indagar sobre os impactos das Ações Afirmativas, no caso, o Sistema de Cotas, no sobre desenvolvimento comunitário, no entanto seu foco principal são as ações/atuações da mulher negra cotista em suas comunidades, trazemos como *lócus* a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus I, Salvador, e como informantes as cotistas, egressas ou não dos cursos ofertados neste Campus. Salienta-se que este trabalho intenciona contribuir para combater a histórica invisibilidade das ações femininas, levantando registros sobre as ressonâncias do empoderamento feminino no seio social. Assim, designamos esta pesquisa como um estudo de caso tomando como mote técnicas de observação como a entrevista semiestruturada, a observação participante, análise documental e análise de conteúdo, pois consideramos que desse modo, trará mais elementos significativos a este estudo. Aqui o leitor encontrará indícios de um campo de reflexão para se compreender como se solidificam questões ligadas ao tão polêmico Sistema de Cotas versus a ação da mulher negra que segue em busca de um espaço de reconhecimento social e igualdade de direitos.

Palavras-chave: sistema de cotas UNEB; empoderamento feminino; desenvolvimento comunitário.

¹ Gersania Alexandrina Conceição

gersegac@hotmail.com

Licenciada em Pedagogia – FACED/UFBA, Mestranda em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC/UNEB

Delcele Mascarenhas de Queiroz

dmqueiroz@uol.com.br

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

PRIMEIROS PASSOS - Introdução

Muito se tem discutido sobre as desigualdades sociais, raciais e as questões de gênero no Brasil, esta última apesar de ser uma discussão mais recente, talvez em função do histórico do nosso país apresentar-se extremamente, patriarcal e machista, haja vista que a história escrita foi escrita por homens, portanto, a invisibilidade feminina esteve e ainda continua no debate e agenda dos movimentos feministas. A luta das mulheres além de histórica se apresenta como extremamente necessária, sobretudo no atual contexto brasileiro, onde há uma intensa luta das minorias por equidade de direitos. No entanto, ao mesmo tempo em que há um fortalecimento do combate ao preconceito sexual de gêneros, social e étnico-racial há também um grande movimento contrário que vem descredibilizando e/ou ignorando os direitos conquistados nesse campo, de modo a tentar criar uma névoa sobre a “*exclusão quase total de acesso da população negra e indígena ao ensino superior.*”² bem como a conquista de direitos após séculos de luta contra a opressão.

As ações afirmativas apresentam-se como uma forma de retratação para um público que historicamente teve suas necessidades, sobretudo educacionais, suprimidas, ainda assim, existe uma grande celeuma em torno deste tema que vem sendo alvo de críticas, seguida de um movimento que preza pela sua extinção. Nesse sentido, faz-se necessário a realização de pesquisas como esta que depreende sobre os impactos desta política sobre a realidade local, o que certamente cria ressonâncias positivas sobre a sociedade brasileira, reafirmando o valoroso papel de políticas como esta. Nesse interim, não apenas no contexto baiano, mas nacional a Universidade do Estado da Bahia - UNEB merece destaque pelo seu pioneirismo na implantação do sistema de cotas, bem como no movimento de institucionalização da política afirmativa para que seja assegurada a permanência desses estudantes.

Assim, esse estudo investigativo se reveste de uma importância ainda maior nos âmbitos acadêmico, político e social, além de desafiador e fundamental, já que o objetivo central é compreender a política de ações afirmativas da UNEB e suas contribuições e implicações para o empoderamento feminino, e, como isso reverberam no desenvolvimento local das comunidades. Importante ressaltar que partirmos do conceito de Freire (1997, p. 46) quando

² <http://www.uneb.br/cepaia/files/2011/08/Conferencia8.pdf>

diz que empoderamento é “*a capacidade do indivíduo realizar, por si mesmo, as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer*”, nesse sentido entendemos que a mulher negra cotista é dotada de tal capacidade uma vez que ela desafiou as estatísticas e muitas outras barreiras para acessar o nível superior. O que nos leva a busca pela compreensão de algumas questões, a saber: a) como se dão as relações entre o sistema de cotas e o empoderamento feminino; b) qual a atuação das mulheres participantes ou beneficiadas do sistema de cotas em suas comunidades.

O QUE ME LEVA A ESTA CAMINHADA

No que tange as desigualdades sociais é visível a discrepância entre o que é posto nas legislações e regulamentações e o que efetivamente, é colocado em prática quando se considera, sobretudo, aqueles de precária condição econômica e que, geralmente, vivem em regiões onde é constante a ausência do poder público e das melhorias que deveriam ser promovidas por este. Essa ausência é percebida no mais básico dos direitos como é o caso da educação, a isso está atrelado às questões raciais, de classe, de gênero, pois grande parte da população que vive em regiões periféricas e ceifadas de seus direitos básicos são negros e pardos, o que coaduna com a fala de QUEIROZ (2001, p. 02), quando diz que.

A escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais na medida em que existem duas redes de ensino diferenciadas, uma delas pública, de ensino precário, de baixa qualificação a que estão sujeitos os segmentos empobrecidos da sociedade, entre os quais mulatos e pretos estão mais representados; na medida em que os currículos escolares privilegiam conteúdos da cultura de determinado grupo, deslegitimando a cultura de outros segmentos sociais; na medida em que na escola são reforçados os estereótipos e preconceitos vigentes na sociedade, como as representações sobre o gênero e a raça, responsáveis pela imagem negativa e inferiorizante de certos segmentos sociais.

Nesse sentido, tentamos verificar, também, o que emerge dessa “nova” relação onde há a partilha do mesmo espaço/currículo por indivíduos pertencentes a estas “*redes de ensino diferenciadas*” que independente de suas vidas escolar pregressa passa a adequar-se às mesmas exigências. Sabemos que conflitos como esses são vividos por pessoas independentemente de seu gênero e ou orientação sexual, no entanto, voltamos os olhos para a mulher, sobretudo a negra que historicamente sofre pelo silenciamento e ou desvalorização dos seus feitos, o que coaduna com a fala de PERROT (2007, p.16) nos chama a atenção à

invisibilidade da mulher ao longo da história escrita por homens que tinham como premissa a manutenção de seus privilégios e mantinham os feitos femininos em anonimato, para a autora *“Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas.”*

A figura da mulher permeia todos os grupos que clamam por retratação e com a implantação de políticas que promovem o acesso da mulher negra a espaços que outrora lhes era negado estas passaram a sentir-se empoderadas. Com esse empoderamento inquerimos saber como e ou de que modo isso se concretiza junto às comunidades.

Partimos do entendimento que as ações afirmativas são criadas por meio de medidas especiais como atos temporários de retratação, uma vez que após um tempo essas não se farão mais necessárias tendo em vista que as mesmas devem promover a igualdade, para Duarte (2014,p. 5).

Ações afirmativas podem ser entendidas como soluções de caráter temporário, tomadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, cujo intuito primordial é o de corrigir e compensar distorções históricas ou mesmo atuais, causadas por motivos escusos que foram se acumulando com o decorrer do tempo e acabaram por prejudicar certo grupo específico, seja por critérios de raça, etnia, religião, gênero, etc.

Já, Gomes (2001) diz, conforme abaixo, que as políticas de ações afirmativas devem contemplar a diversidade presente em nosso país corroborando com os princípios constitucionais.

Consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional, de compleição física e situação socioeconômica (adição nossa). Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano.

Nesse sentido, tomar como objeto de estudo o sistema de cotas da Universidade do Estado da Bahia e como ela reverbera sobre as comunidades, tendo como agente mobilizador/promotor de mudanças a mulher negra, e sobremaneira relevante para que a sociedade venha a perceber

a importância e atual necessidade das ações afirmativas e de que modo ela traz retorno para o coletivo social, sobretudo no atual contexto em que o esvaziamento das discussões em torno das diversidades em geral, e em especial as discussões das relações de gênero, raciais e sexualidade, foram silenciadas na maioria dos Planos municipais e estaduais.

Em meio a este alarido em torno dos direitos e/ou retratações, algumas políticas públicas foram criadas com a intencionalidade de diminuir a lacuna entre as pessoas advindas das classes populares e o acesso a educação de qualidade, dentre elas, podemos citar o sistema de cotas no ensino superior que com “A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno [...] a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos³”. Iniciativas como esta vieram a aproximar a universidade da população que outrora, sequer, conheciam como funcionavam seus mecanismos e quando o conheciam, em sua maioria, era excluída pelo filtro imposto àqueles que desejavam ingressar no ensino superior em instituições públicas. Sobre essa inserção, há estudos como o realizado por QUEIROZ (2001, p. 35 e 36), na Universidade Federal da Bahia – UFBA, que trazem dados importantes a partir do acesso da mulher a essa instituição, isso pode ser notado quando é dito que “Apesar da significativa presença feminina na UFBA, ela é minoritária nos cursos considerados prestigiosos e discreta naqueles tidos como “tradicionalmente masculinos”” identificou-se ainda, onde se situam a maioria das mulheres desta Universidade, conforme segue.

As mulheres de todos os segmentos raciais estão situadas predominantemente nos cursos ditos “femininos”, aqueles identificados com as tarefas do mundo doméstico [...].

[...] A articulação entre gênero e cor mostra que as mulheres negras são o segmento mais sujeito a desvantagens. (idem, p.36).

PERROT (2007, p.11) ressalta a importância do conhecimento sobre a história e conclui há historicamente uma desatenção aos feitos femininos, bem como uma estereotipação da mulher,

De maneira geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as vêem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, de donas-de-casa, de guardiãs dos viveres etc. Usam-se estereótipos para designá-las e qualificá-las.

³ <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

Sabemos que, o peso da história ainda recai sobre a mulher na atualidade, no entanto, apesar de todos os pesares que perpassam sobre a presença da mulher na educação superior, essa tem sido uma alavanca para a consecução da tão almejada equidade e emancipação feminina. Deste modo, tomando como marco a Lei nº 12.711/2012, bem como RESOLUÇÃO N.º 196/2002, por meio da qual a Universidade do Estado da Bahia – UNEB impletoou o sistema de cotas tornando-se pioneira no país, tendo em sua iniciativa um exemplo seguido por diversas instituições de ensino superior não só na Bahia, bem como, em todo o Brasil.

Conforme divulgação na página da própria instituição, em apenas dez anos a política de ação afirmativa “*alcançou mais de 14 mil afrodescendentes, número maior nesses 10 anos do que em toda a história da universidade*⁴”. Faz-se necessário salientar que à época da implantação do sistema de cotas a UNEB tinha como Reitora a profa. Ivete Sacramento, uma mulher negra, o que sinaliza mais um incentivo neste objeto de estudo.

⁴ <http://www.uneb.br/2012/11/06/ex-reitora-ivete-sacramento-foi-homenageada-na-casa-do-comercio/>

CAMINHOS POR ONDE ANDEI – Pressupostos Metodológicos

Quanto aos processos metodológicos, tomaremos como norte as ideias de Demo (1998, p. 101) quando diz que *“Ao mesmo tempo, uma pesquisa qualitativa dedica-se mais a aspectos qualitativos da realidade, ou seja, olha prioritariamente para eles, sem desprezar os aspectos também quantitativos. E vice-versa.”*. Considerando a complementariedade existente entre o quantitativo e o qualitativo, essa pesquisa trará dados quantitativos e qualitativos, uma vez que será realizado levantamento geral do número de cotistas da instituição, na sequência estes serão classificados por sexo, identificando o universo feminino, foco desse estudo. No entanto, podemos classificar esta pesquisa como qualitativa, pois visa por meio de questionários indagar as mulheres cotistas sobre as possíveis alterações e implicações causadas no seio de suas comunidades após seus ingressos na universidade do estado da Bahia.

Ainda segundo Demo (2001, p. 09).

Dependendo do objeto e dos propósitos da pesquisa pode-se preferir um procedimento mais qualitativo, mas seria equivocado não perceber que “dados” qualitativos também são, de alguma forma, “dados”, ou seja, possuem referências como tamanho, frequência, extensão [...].

Concordando com a citação acima, nessa pesquisa não desprezaremos os dados quantitativo ou qualitativo, ao contrário, lançaremos mão de ambos como mecanismo para a consecução de respostas para as questões aqui postas.

Os questionários também se apresentam como importante técnica para coleta de dados, onde após sua análise passaremos para uma entrevista semiestruturada com as cotistas que se dispuserem, além disso, realizaremos através da pesquisa de campo entrevistas com outras pessoas da comunidade a fim de que possamos triangular as falas das mulheres cotistas, o que coaduna com as ideias de Gil (2002, p.17), quando diz que a pesquisa é um:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

O mesmo autor nos diz que podemos nos valer de dois grandes grupos de delineamentos para realizarmos uma pesquisa, pois há “aqueles que se valem das chamadas fontes de “papel” e

aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas.”, nesse caso, utilizaremos os dois com a intencionalidade de trazermos mais profundidade a este estudo, tendo em vista a compreensão que ambos se completam. GIL (1999, p. 110) diz que. “*a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano [...]*” o que é similar ao pensamento de Ludke e André (2013, p. 39) quando dizem que “*uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima*”. Nesse sentido, consideramos a complexidade do tema a ser abordado e compreendemos que isso permeia não só o acadêmico, mas, também a vida pessoal, social e até mesmo a ideologia de cada um/a.

Para que se consiga realizar uma pesquisa de modo promissor é preciso que seja considerando alguns pressupostos para que se tenha mais e maior propriedade ao confrontar a teoria e a realidade da forma mais imparcial possível. Gil (2002, p. 43) diz que,

[...] podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa ex-postfacto, o levantamento e o estudo de caso. Neste último grupo, ainda que gerando certa controvérsia, podem ser incluídas também a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

Nesse caso, compreendemos que o estudo de caso é o que mais se adequa a esta pesquisa, tendo em vista que por meio dele podemos “*descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural*”⁵.” necessitaremos estudar o nosso objeto nas duas esferas, tanto acadêmica quanto pessoal em suas comunidades e para isso, será necessário uma maior aproximação com o campo empírico e aprofundamento do objeto de estudo e seu entorno, o que é permitido por meio do estudo de caso.

Importante ressaltar a função exercida pelo pesquisador no estudo de caso, onde este atua como participante ativo, tendo um papel “*mediador, de absorver as informações e filtrá-las da melhor forma possível, deve estar atento às diversas manifestações que surgirem no desenvolver da pesquisa*”⁶, isso significa que deve manter seus sentidos atentos durante o estudo para a inobservância não deixe informações importantes se perderem.

⁵ <http://www.nelsonreyes.com.br/Marli%20Andr%C3%A9.pdf>

⁶ <http://www.mped.uneb.br/wp-content/uploads/2017/03/Portifolio-COM-CAPA.pdf>

Esse estudo de caso terá como mote técnicas etnográficas de observação como a entrevista semiestruturada, a observação participante, análise documental e análise de conteúdo, pois consideramos que desse modo, trará mais elementos significativos a este estudo.

Na tentativa de se aproximar do nosso *lócus*, realizamos um processo de sondagem entre alguns estudantes cotista graduandos da UNEB, o que nos reafirmou que este seria um campo fecundo para uma pesquisa mais elaborada. Na sondagem em questão formulamos um pequeno questionário e lançamos 04 (quatro) perguntas, a saber: 1- Qual a importância do sistema de cotas em sua vida?; 2- Você acredita que o sistema de cotas proporcionou ou proporciona alterações positivas na localidade em que vive? Como?; 3- A sua graduação alterou ou altera a forma com que você se relaciona com as pessoas na localidade onde você reside? Exemplifique, em caso de resposta afirmativa. e 4- Você participou ou participa de algum grupo na localidade onde mora (associação de moradores, grupo de teatro, estudos, cooperativa ou afins)?, além de Idade; Curso; Período e Bairro em que reside, configurando assim em pequena entrevista semiestruturada.

Esse pequeno questionário foi lançado para 30 (trinta) estudantes por meio de e-mails, conseguidos em visitas a alguns dos Departamentos UNEB, Campus I, Salvador. Desses trinta apenas 14 responderam o que seguimos para a análise dos dados recebidos, o que para Lakatos e Marconi (2003, p. 27,28) significa “*estudar, decompor, dissecar, dividir, interpretar.*”.

De modo, que já identificamos um público formado por jovens com idade média de 21 a 28 anos, todo/as oriundos/as de bairros populares de Salvador e Região Metropolitana. Em suas falas destacam a importância do sistema de cotas para sua formação, uma vez que não se sentiam aptos a competir com pessoas que tiveram outro nível de instrução ao longo da vida, o que pode ser evidenciado na fala da estudante A abaixo.

“[...] tive minha educação lesada e conseqüentemente seria muito injusto competir com quem teve acesso às boas escolas. Creio que essa medida é de suma importância, mas não posso fechar os olhos para o fato de que as cotas são medidas paliativas e que o foco deveria ser melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas para que não fossem necessárias as cotas”. (estudante A)

Importante salientar que, apesar de concordarem com o sistema de cotas, enxergam nele apenas um paliativo como destaca a mesma estudante em sua fala acima.

Em sua maioria acreditam que de forma direta ou indireta o sistema de cotas trouxe melhorias para as localidades onde vivem, foi o que ficou evidente na fala da estudante anterior.

“[...] meu bairro é um bairro onde a maioria é negra e pobre e com as cotas, podem acessar mais facilmente as universidades e melhorar suas vidas e de suas famílias, e quem sabe assim, do local em que vive.” (estudante B)

No entanto, identificamos na fala de outras estudantes o descontentamento com a sensação de impotência por acreditar que está seguindo o caminho certo na direção da descoberta de novos conhecimentos, mas que só esses conhecimentos não são o suficiente para mudar a realidade daqueles que as circunda, tendo em vista que há vários fatores micros e macros que influenciam/impactam no seio da sociedade onde vivem como é o caso da estudante C, quando relata que.

“[...] no bairro onde moro participo, voluntariamente, de várias atividades promovidas pela associação de moradores local, eles sempre me chamam, pois sabem que gosto de fazer trabalhos manuais como faixas, ornamentação e coisas do tipo, além disso, falam que é para eu levar minha galera, fala isso se referindo aos jovens, no entanto percebo que as atividades propostas quase nunca são inocentes, tem um membro que quer ser candidato a tal coisa ou está apoiando alguém que aparece do nada para se promover. Os moradores percebem essas coisas e já vão desconfiados, às vezes, são projetos bons, mas as políticas os degenera. Acho isso desmotivante e triste[...].”

Com as falas dos/as estudantes percebemos que estamos seguindo em direção de um vasto campo de descobertas com esta pesquisa, o que pode alavancar questões ainda não trabalhadas, ou outras perspectivas, sobre o impactos do sistema de cotas sobre o desenvolvimento local. Conforme citado anteriormente, essa foi apenas uma pequena sondagem que veio a fortificar a motivação da ampliação desta pesquisa e como ainda estamos transitando pelos caminhos da pesquisa com análises dos dados já existente e busca de outros mais que possam nos dar subsídios, ainda não trazemos aqui ideias conclusivas.

COLHEITAS DO CAMINHO – Ideias conclusivas

Por fim, ratificamos a existência de um vasto campo para a pesquisa, do qual podem emergir diversas problemáticas ou indicações de sugestões para a resolução de problemáticas já existentes. É importante salientar, que esta pesquisa ainda está em andamento e que aqui não trazemos ideias conclusivas, pois ela ainda está em sua fase embrionária e certamente será corporificada na medida em que venha a agregar a esta mais elementos que traduzam a voz de nosso objeto de estudo.

Referências:

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa. Campinas: Papirus, 2001

DEMO, P. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Rev.latino am.enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998 < <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v6n2/13912.pdf> > acesso em: 30/07/2017.

DUARTE, A. C. A Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2014 (Texto para Discussão nº 147). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 10/08/2017.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra,1997.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6-7.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 852242270. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_metodos_de_pesquisa.pdf Acesso 15.06.2017.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa - 4. ed. -São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: http://www.academia.edu/4405328/GIL_Antonio_Carlos_COMO_ELABORAR_PROJETOS_DE_PESQUISA_Copia . Acesso em: 15.06.2017.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro, Editora Pedagógica e Universitária. 2013.

PERROT, Michelle, Minha história das mulheres. São Paulo : Contexto, 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/27869340/310564251-Minha-Historia-Das-Mulheres-Michelle-Perrot.pdf>. Acesso em: 22.04.18.

QUEIROZ, D. M. 2001. Raça, Gênero e educação superior. Tese de Doutorado. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

FACED/UFBA. Disponível em http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/deocele_mascarenhas_queiroz.pdf Acesso 13.06.2017

Outros artigos

LUIZA BAIRO

SUELI CARNEIRO

VANESA BARRETO